

- XXXVI -**BASE NACIONAL COMUM DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA BREVE
DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES****Camila Tecla Morteau Mendonça**

UniCesumar – teclacamila@hotmail.com

Renata de Oliveira

UniFamma – re.mga@hotmail.com

Patrícia L. L. Mertzig Gonçalves de Oliveira

patriciamertzig@gmail.com

Maria Luisa Furlan Costa

UEM - luisafurlancosta@gmail.com

INTRODUÇÃO

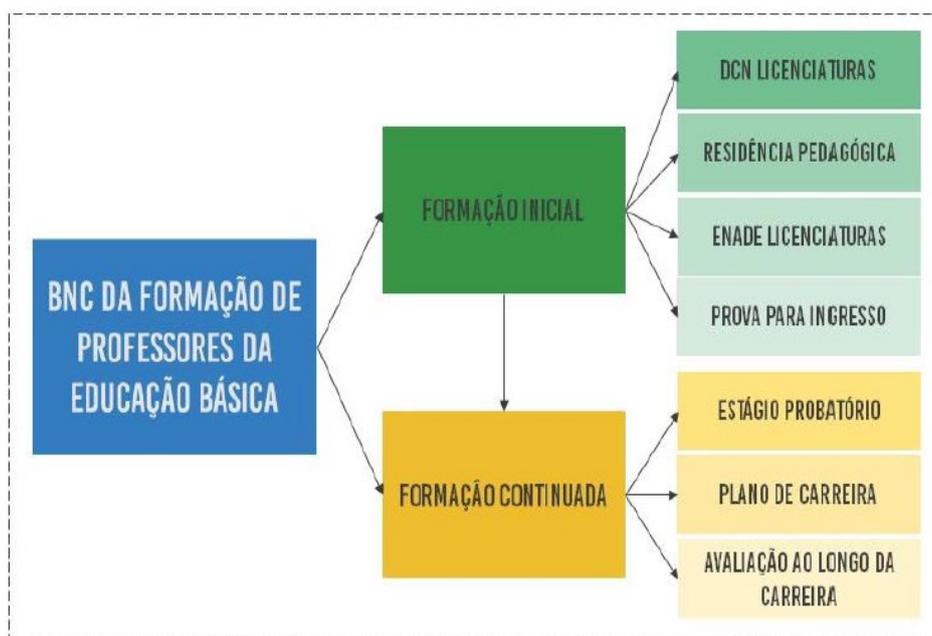
Foi enviado para discussão no Conselho Nacional de Educação – CNE em dezembro de 2018 a versão preliminar da Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica. A formulação deste documento faz parte do pacote de reformas da Educação que está sendo posta em prática desde 2017, em vistas a atender o que se prevê na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 e no Plano Nacional de Educação – PNE com vigência 2014-2024, no que diz respeito a elaboração de uma Base Nacional Comum para os currículos, a ser implementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar.

Neste sentido, partindo das discussões realizadas no Grupo de Pesquisa Educação a Distância e as Tecnologias Educacionais/CNPQ (GPEaDTEC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e por entender a necessidade da análise esta proposta que será posta em discussão neste ano (2019) é que nos colocamos a pensar, estudar e conhecer este documento, a fim de que possamos contribuir de forma ativa na elaboração da versão final.

DESENVOLVIMENTO

A proposta que se coloca em discussão para a Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica trás em seu texto algumas mudanças significativas para a formação de professores no Brasil. Formulada a partir de referenciais internacionais e de experiências de diversos países da Europa sobre a formação de professores da educação básica, o documento propõe como eixos principais: a criação do Instituto Nacional de Formação de Professores, órgão responsável pela autorização, acompanhamento e avaliação dos cursos e formulação de políticas públicas; a reorganização da formação de professores, dividindo-a em duas etapas: formação inicial e formação continuada, conforme a figura 1; a Residência Pedagógica desde o primeiro ano do curso em substituição aos Estágios Supervisionados; a ampliação do ENADE como porta de entrada para a carreira docente, com aplicação anual e obrigatória; e a reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, no caso da Pedagogia, a proposta é dividir o curso em três etapas distintas de formação.

Figura 1: Proposta para reorganização da Formação de Professores da Educação Básica.



Fonte: Brasil (2017, p. 29).

A proposta poderia ser considerada relevante se não fosse a forma como o documento descreve a organização atual da formação de professores e o papel que o professor desempenha na sociedade além de propor mudanças. Sabemos que a Educação em nosso país não tem alcançado os melhores índices, no entanto, em uma breve análise é

possível compreender que há um baixo investimento em educação pública, há a ausência de políticas educacionais mais consistentes, enfrentamos a desvalorização da profissão e o abandono das famílias com relação a educação de seus filhos, a violência escolar contra os professores dentre tantas outras mazelas pelas quais a educação de nosso país tem encarado nessas últimas décadas. Isso não nos serve de justificativa, no entanto, esses fatores também não podem ser desconsiderados no processo educativo, pois influenciam diretamente no processo de ensino e de aprendizagem.

Outro ponto relevante a esta discussão trata da dicotomia entre teoria e prática já enraizada no imaginário brasileiro quando se discute a função social dos cursos universitários. De acordo com Saviani (2013, p.99/100)

Há um senso comum nos meios educacionais que separa teoria e prática, a tal ponto que entre os professores e entre os alunos é muito comum a reivindicação da prática contra a teoria. Os alunos frequentemente formulam aos seus professores a objeção: “esse curso está muito teórico, precisa ser mais prático”. Os professores, de modo especial quando se encaminham propostas de reorganização de ensino, de reforma da organização escolar, dos processos curriculares, etc., tendem também a responder: “Isto é teoria, nua muda nada, vai ficar tudo do mesmo jeito!” No entanto, objetivamente, nós constatamos que, quer se queira ou não, a ligação entre teoria e prática é bastante estreita.

Ainda de acordo com o documento, embora muitos destes fatores sejam determinantes para o sucesso escolar, estes podem ser “compensados pela ação da escola”, pois “o papel desempenhado pelos professores bem preparados faz diferença no desempenho dos alunos, independentemente do nível socioeconômico dos mesmos” (BRASIL, 2017, p. 5). Ou seja, mesmo tendo ciência da incidência desses fatores no processo de ensino e de aprendizagem, os mesmos não são levados em consideração, como se todos os estudantes tivessem acesso ao mesmo capital cultural e as mesmas condições de igualdade.

Neste sentido, o professor é responsabilizado e culpabilizado pelo mau desempenho dos seus alunos e o foco então passa a ser a formação destes professores, que é caracterizada como deficitária tendo em vista que a maior parte dos cursos de formação é ofertado no período noturno ou na modalidade a distância, uma formação em que a:

[...] didática e as metodologias adequadas para o ensino dos conteúdos é pouco valorizada, os cursos destinados a formação inicial ou se detêm excessivamente nos conteúdos que fundamentos a educação, dando pouca atenção aos conteúdos que o professor deverá ensinar, ou se detêm nos conhecimentos disciplinares totalmente dissociados de suas didática os metodologias específicas (BRASIL, 2017, p. 31).

Neste contexto, o documento passa a trazer a residência pedagógica como uma solução a esta problemática, uma vez que o futuro professor poderá dar sentido ao conhecimento adquirido na academia por meio da relação deste com o contexto da prática. Ainda não sabemos de que forma isso será se desenhar, tendo em vista que somente com a reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação é que saberemos qual a carga horária destinada a esta residência e como ela se aplicará na realidade dos cursos de formação de professores.

No entanto, o que podemos esperar é uma redução na procura destes cursos, pois na nossa realidade, a maior parte dos alunos que optam pelos cursos de licenciatura trabalha o dia todo, fora da área da educação e estudam no período noturno ou na modalidade a distância. Neste sentido, pensar em uma residência pedagógica que inicie desde o primeiro ano do curso de graduação é selecionar o público que terá acesso a estes cursos.

Outro ponto relevante que merece destaque está no despreparo em que estes alunos terão que enfrentar ao ingressar na residência pedagógica. O médico ao iniciar a sua residência já passou pelas disciplinas que dão base ao conhecimento que será aplicado e desenvolvido na prática. Neste sentido, por que os alunos do curso de licenciatura irão para a residência pedagógica sem o mínimo de conhecimento sobre os processos pedagógicos e desenvolvimento cognitivo dos seus alunos? Não há discordância de que os futuros professores devem ter uma ligação mais efetiva com a escola e de que é preciso repensar os processos de estágio supervisionado, no entanto, será que inserir os futuros professores sem o mínimo de conhecimento nas salas de aula é o mais adequado?

CONCLUSÃO

Novamente a educação brasileira está diante de mais um documento que descreve uma situação que desconsidera muitas variáveis e que dá continuidade ao processo de aligeiramento da formação profissional de professores para atuar na Educação Básica.

Observamos também uma nova forma de selecionar os estudantes nos cursos de licenciatura favorecendo aqueles que não precisam trabalhar enquanto estudam. Esse tema possibilita também questionar o documento no que se refere a teoria do capital humano o qual o aluno é convidado a participar de forma ativa e seu processo de aprendizagem porém o que se busca é a maximização dos recursos destinados a educação.

Melhorar as estatísticas educacionais brasileiras requer pensar a educação fora dos padrões impostos pelo mercado que age por meio de políticas públicas de caráter conservadoras e imediatistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.